



514
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0239139-5
Agravante: Município de Itaquitanga
Advogado: Gustavo Roberto Montenegro Torres
Agravado: Banco Ford S/A
Advogado: Adriana Serrano

EMENTA: TRIBUTÁRIO. RECURSOS DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO. ALEGAÇÃO DE LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. NÃO CARACTERIZADA, ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO PARA COBRANÇA DO ISS SOBRE LEASING. MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A decisão proferida nos autos do REsp 1060210 e submetida ao rito do art. 543-C, do CPC, apesar de reconhecer que suas diretrizes também podiam se ajustar aos casos de lançamento por homologação, entendeu que o tema não estava inserido no Recurso Especial em julgamento.

2. Defende o recorrente que no caso concreto, o lançamento do crédito se seu por homologação, todavia, não pode subsistir a alegação fazendária, pois é de sabença geral que o lançamento em comento requer participação efetiva do sujeito passivo. Pela suas próprias características, na espécie, o contribuinte ou responsável constata o fato gerador e a obrigação, calcula o valor devido, individualizado a obrigação e realiza o pagamento antecipado do tributo.

3. O que se verifica em hipóteses como a dos autos é que os Municípios promoveram, ex officio, lançamentos por arbitramento ou por estimativa, mediante a utilização das informações inseridas pelas instituições financeiras no Sistema Nacional de Gravames. É certo que esses dados não foram e nem são destinados à fiscalização tributária municipal, circunstância que afasta a tese de que haveria, nesses casos, lançamento por homologação.

4. Assim, deve prevalecer a decisão hostilizada que, com base no item "c" do provimento parcial do Recurso Especial nº 1.060.210/SC, negou seguimento ao reexame necessário, confirmando a sentença que reconheceu a incompetência do Município demandado, ora agravante, para tributação de serviços não prestados em seu território pelo banco autor.

5 Recurso de Agravo improvido, sem discrepância.



515
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0239139-5, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 03 / 10 / 13, à unanimidade de votos, improvê-lo, nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



516
9

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0239139-5
Agravante: Município de Itaquitinga
Advogado: Gustavo Roberto Montenegro Torres
Agravado: Banco Ford S/A
Advogado: Adriana Serrano

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto em desfavor da decisão terminativa a qual negou seguimento ao reexame necessário para, em consequência, manter inalterada sentença proferida nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal c/c Declaratória nº 0000001-84.2008.8.17.0800 a qual julgou procedente os pedidos para declarar a inexistência de relação jurídica tributária entre as partes, face ao reconhecimento da ausência de competência do Município réu para tributação de serviços não prestados em seu território pelo banco autor, bem como para anular os lançamentos contidos na notificação de débito fiscal e os termos da certidão de débito fiscal que originou o executivo fiscal nº 777/08 e, ainda, para determinar que o demandado, ora agravante, se abstinhasse, em condições fáticas e normativas idênticas, de efetuar novas autuações contra o banco recorrido, destinadas à formação de jurídica tributária para cobrança de ISSQN em operações de arrendamento mercantil.

Em síntese, na minuta recursal, o Município agravante argumenta que a decisão proferida na sede do REsp. nº 1060210-SC não se aplica ao caso dos autos, vez que, conforme Certidão da Dívida Ativa e o Processo Administrativo Fiscal expressamente remetem à homologação das declarações prestadas pelo contribuinte/executado perante o DETRAN-PE.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o regimental para julgamento perante esta Egrégia Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

03 - RA - 0239139-5

1



517.
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0239139-5
Agravante: Município de Itaquitinga
Advogado: Gustavo Roberto Montenegro Torres
Agravado: Banco Ford S/A
Advogado: Adriana Serrano

VOTO

Analizando as argumentações apresentadas pelo agravante, digo que as mesmas não merecem prosperar, devendo a decisão terminativa deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Com efeito, a decisão proferida nos autos do REsp 1060210 e submetida ao rito do art. 543-C, do CPC, apesar de reconhecer que suas diretrizes também podiam se ajustar aos casos de lançamento por homologação, entendeu que o tema não estava abarcado pela mesma, conforme se depreende dos itens de nº 31 a 33, veja-se:

"31. Alguns Município dos Estados do Norte e Nordeste (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pará) questionaram a decisão do ilustre Ministro LUIZ FUX determinadora da paralisação de atos expropriatórios nas execuções fiscais ou outros processos judiciais em que discutida a incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil (fls. 1.106/1.107).

32. Aduziram que eventual decisão a ser proferida neste processo não alcançaria essas Municipalidades, uma vez que nelas a cobrança é efetuada por meio de lançamento por homologação, onde não há discussão sobre a base de cálculo e a eventual competência territorial do sujeito ativo.

33. Com efeito, o caso dos autos diz respeito a cobrança oriunda de arbitramento realizado pelo Fisco Municipal, na forma do art. 148 do CTN, em embora, em tese, as diretrizes ora traçadas também possam se ajustar aos casos de lançamento por homologação, entendo que o tema não está abarcado pela decisão que decidiu submeter a presente controvérsia ao rito do art. 543-C do CPC, consequentemente, seguindo a diretriz desta Corte, que tem prezado pela delimitação clara do objeto do recurso representativo de controvérsia, esclareço que a tese deverá ser enfrentada em outra oportunidade, se for o caso".

Assim, defende o recorrente que no caso concreto, o lançamento do crédito se seu por homologação, porquanto, a decisão do Superior Tribunal de Justiça acima mencionada não deve ter qualquer

03 - RA - 0239139-5



518
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

repercussão nos autos. Tenho que não pode subsistir alegação fazendária de que o lançamento teria ocorrido por homologação das informações prestadas pela parte executada perante o Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao Detran.

É de sabença geral que o lançamento em comento requer uma participação mais efetiva do sujeito passivo. Nela o contribuinte ou responsável constata o fato gerador e a obrigação, calcula o valor devido, individualizado a obrigação e realiza o pagamento antecipado do tributo. O Sujeito passivo realiza praticamente todo o procedimento, apenas não lança, uma vez que o lançamento é atividade vinculada da autoridade fiscal.

Ora, em casos que tais, revela-se a mencionada participação das instituições financeiras supostamente obrigadas, seja porque elas não reconhecem a competência impositiva de diversos municípios, isso sob a alegação de não terem celebrado contratos em tais localizadas, seja porque, até algum tempo atrás, sequer reconheciam a incidência do ISS sobre as operações que realizam.

Na verdade, o que se verifica em hipóteses como a destes autos é que os Municípios promoveram, ex officio, lançamentos por arbitramento ou por estimativa, mediante a utilização das informações inseridas pelas instituições financeiras no Sistema Nacional de Gravames. É certo que esses dados não foram e nem são destinados à fiscalização tributária municipal, circunstância que afasta a tese de que haveria, nesses casos, lançamento por homologação.

Assim, deve prevalecer a decisão hostilizada que, com base no item "c" do provimento parcial do Recurso Especial nº 1.060.210/SC, negou seguimento ao reexame necessário, confirmando a sentença que reconheceu a incompetência do Município demandado, ora agravante, para tributação de serviços não prestados em seu território pelo banco autor.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 03 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator

03 - RA - 0239139-5

3